

Manifestação em Defesa do Poder Judiciário*

O EXMO. SR. MINISTRO HÉLIO MOSIMANN:

Sr. Presidente, o Brasil dos magistrados vive momentos um tanto diferentes. Eleita a data de hoje como o Dia Nacional de Luta Contra o Controle Externo, que se pretende impor ao Poder Judiciário, gostaria de requerer a V. Exa. que se consignasse na ata dos nossos trabalhos a manifestação solidária desta Seção de Direito Público. Pode parecer inusitado este pronunciamento, mas numa época em que se investe tanto contra o Poder Judiciário, muitas vezes gratuitamente e sem conhecimento de causa, não podemos mais silenciar. Temos que reconhecer as nossas falhas, admitir as deficiências e até os erros cometidos, mas não é com a desmoralização do Judiciário, como se tem tentado em diversos episódios recentes da vida brasileira, que vamos extirpar esses males. É preciso, desde logo e quanto antes, tomar posição, sair na frente, antecipar as mudanças necessárias e urgentes, sem receio de sermos investigados, séria e serenamente, diante de qualquer fundada suspeita. O magistrado cômscio das suas responsabilidades e dos seus deveres não tem o que temer. Abominar, sim, um controle externo que, antes de representar uma esperança aos jurisdicionados, não passa de uma preocupante ameaça à garantia da independência dos poderes e do direito dos cidadãos. Dispomos de mecanismos de controle na própria Constituição. Cumpre fazer funcionar o que existe, ampliando, efetivamente, a área da atuação, sem o corporativismo pernicioso, sem fuga e com muita coragem de sermos justos.

Peço, Senhor Presidente, que a disposição de luta de cada um de nós fique registrada nos anais desta Seção.

Muito obrigado.

*16ª Sessão Ordinária. 30/11/1993.